PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 542/XIII/2.ª

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E HISTÓRIA DO FORTE DE PENICHE

O Forte de Peniche ocupa um lugar particularmente relevante na história moderna de Portugal. A fortaleza em planta estrelada irregular, obra do séc. XVII, desempenhou um papel particularmente relevante durante as invasões francesas e as guerras liberais. Mas é sobretudo como prisão de presos políticos do Estado Novo, entre 1934 e 1974, que o forte é hoje conhecido e é importante para a identidade da democracia portuguesa que assim continue.

O anúncio do Governo de incluir o Forte de Peniche na lista de monumentos nacionais que seriam concessionados a privados, em outubro de 2016, criou uma onda de protestos em favor da manutenção e da proteção deste edifício que representa a memória da repressão e da luta contra o fascismo em Portugal.

A Cadeia do Forte de Peniche começou a receber presos políticos logo durante a Ditadura Militar. Por ela passaram cerca de 2.500 presos políticos com penas longas, muitos dos quais foram torturados e alguns mortos. Por lá passaram alguns dos opositores de maior relevância ao regime salazarista, caso de Álvaro Cunhal, que protagonizou conjuntamente com outros prisioneiros o importante episódio histórico chamado de "Fuga de Peniche", em 3 de janeiro de 1960.

Por pressão de uma forte mobilização cidadã contra o projeto e contra a intenção expressa pelo Governo de concessionar o forte a uma unidade hoteleira, principalmente por daqueles que tiveram histórias de vidas privadas da liberdade antes do 25 de abril,

assim como por parte dos partidos políticos, o Governo recuou e retirou o Forte de Peniche do programa REVIVE, programa que prevê concessão de monumentos nacionais a privados.

Em resposta ao Bloco de Esquerda, numa audição para apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2017, o ministro da Cultura anunciou que "entendeu o Governo retirar o Forte de Peniche do plano REVIVE para reapreciação, porque entendeu que o que se fizer ali tem de respeitar, perpetuar, valorizar a memória da luta pela democracia".

O Bloco de Esquerda defende a reabilitação dos monumentos nacionais, com caráter de urgência, e admite diversas modalidades para a sua efetivação. Entende ser prioritário preservar o património comum, de modo a impedir que a memória histórica à qual está associado, visto ser um dos pilares da cidadania. Considera, por isso, que em caso algum possam ser postos em causa pressupostos como sejam a sua história, o respeito pelo traçado e alçado originais, bem como a garantia de acesso público. Nesse sentido, no entendimento do Bloco de Esquerda, é indispensável fomentar o diálogo entre aquilo que os monumentos representam e as populações, num processo conducente à consciencialização da importância dos valores patrimoniais.

No caso concreto do Forte de Peniche, pela sua particular importância como símbolo da luta antifascista pela liberdade e pela democracia, o Bloco de Esquerda rejeita qualquer intervenção que possa de algum modo atenuar o seu valor simbólico, como seria o caso, por exemplo, de uma unidade hoteleira. Em contrapartida, tudo aquilo que puder patrocinar e promover o sentido da história que lhe está associada, bem como estruturas de apoio a visitantes respeitadoras da identidade do lugar, poderá e deverá ser equacionado.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Na reapreciação em curso do destino a dar ao Forte de Peniche, sejam efetivamente contemplados os princípios fundamentais já enunciados pelo ministro da cultura, quando se comprometeu a respeitar, perpetuar e a valorizar a memória da luta pela democracia;

2. Seja dada particular atenção aos aspetos museológicos relacionados com a Resistência Antifascista, de modo a que o Forte de Peniche seja cada vez mais memória viva da luta pela democracia e pela liberdade;

3. Tenha em linha de conta o indispensável diálogo com a comunidade e, nesse sentido, reforce os serviços educativos, arquivos, visitas guiadas, atividades culturais, pedagógicas e de lazer, bem como considere a possibilidade de serviços de apoio de índole variada adequados à especificidade da função encontrada para o edifício no quadro dos princípios enunciados;

4. Mantenha o Forte de Peniche, dada a sua especificidade histórica e cultural, fora da lista de monumentos nacionais a concessionar no âmbito do Programa Revive.

Assembleia da República, 31 de março de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,